



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 17, v. 1

jan.2022-jun.2022

p. 118-139

Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais: uma análise a partir das falas públicas da família Bolsonaro

*(Homophobic hate speech on social media:
an analysis from the public speeches of the Bolsonaro family)*

*(Discurso de odio homofóbico en las redes sociales:
un análisis de los discursos públicos de la familia Bolsonaro)*

Marluce de Moura Lopes¹

Roney Polato de Castro²

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo problematizar discursos de ódio que têm circulado nas redes sociais, especialmente desde o período eleitoral de 2018, proferidos pelo então candidato e hoje presidente, Jair Messias Bolsonaro. Ensaia-se as possibilidades de análise sobre como o discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ se dissemina, encontra apoiadores/as e pode estar relacionado aos casos de violências que vêm ocorrendo fora do espaço virtual, como as violências verbal e física. As motivações para esta escrita emergem de nossa atenção a esses discursos, tendo em vista nosso vínculo com um curso de especialização em relações de gênero e sexualidades de uma universidade pública federal e com os estudos de gênero e sexualidade sob perspectivas construcionistas e pós-críticas. Problematicamos as falas públicas do político como estratégias de poder para legitimar privilégios e reiterar na linguagem – enquanto produtora do mundo e das subjetividades – preconceitos e violências direcionadas a sujeitos dissidentes da cisheteronormatividade. Para tanto, recorremos a um levantamento de vídeos, postagens e comentários no Facebook do então candidato à presidência, à época de sua candidatura, e, eventualmente, de seus filhos: o senador Flávio Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio. Pessoas LGBTQIA+. Rede social. Família Bolsonaro. Homofobia.

Abstract: This paper aims to problematize hate speeches that have been circulating on social networks, especially since the 2018 electoral period, given by the former candidate and today president, Jair Messias Bolsonaro. It tests possibilities of analysis on how the hate speech against LGBTQIA+ people spreads, finds supporters and may be related to cases of violence that have been occurring outside the virtual space, such as verbal and physical violence. The motivations for writing emerge from our attention to these speeches, in view of our link with a specialization course in gender relations and sexualities, from a federal public university, and with gender and sexuality studies under constructionist and post-criticism. We problematize the public speeches of the politician as power strategies to legitimize privileges and reiterate, in language, as a producer of the world and of subjectivities, prejudices and violence directed at dissident subjects of cisheteronormativity. To this end, we used a survey of videos, posts and comments on the Facebook social network of the then presidential candidate at the time and, eventually, of his children, Senator Flávio Bolsonaro, Federal Deputy Eduardo Bolsonaro and Councilman Carlos Bolsonaro.

¹ Graduada em Serviço Social e Pós-graduada em Relações de gênero e sexualidades (UFJF). Assistente Técnica da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. E-mail: marluceledes853@gmail.com.

² Doutor em Educação, Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: roneypolato@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 29/06/20

Aceito em 29/08/21

Keywords: Hate Speech. LGBTQIA+ people. Social media. Bolsonaro family. Homophobia.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo problematizar los discursos de odio que han estado circulando en las redes sociales, especialmente desde el período electoral de 2018, dictado por el ex candidato y hoy presidente, Jair Messias Bolsonaro. Comprueba las posibilidades de análisis sobre cómo se propaga el discurso de odio contra las personas LGBTQIA+, encuentra partidarios y puede estar relacionado con casos de violencia que se han producido fuera del espacio virtual, como la violencia verbal y física. Las motivaciones para escribir surgen de nuestra atención a estos discursos, en vista de nuestro vínculo con un curso de especialización en Relaciones de género y sexualidad, de una universidad pública federal, y con estudios de género y sexualidad en perspectivas construccionistas y post-críticas. Problematicamos los discursos públicos del político como estrategias de poder para legitimar los privilegios y reiterar, en lenguaje, como un productor del mundo y de subjetividades, prejuicios y violencia dirigidos a sujetos disidentes de cis-heteronormatividad. Con este fin, utilizamos una encuesta de videos, publicaciones y comentarios en la red social de Facebook del entonces candidato a la presidencia en ese momento y, finalmente, de sus hijos, El Senador Flávio Bolsonaro, El Diputado Federal Eduardo Bolsonaro y El Concejal Carlos Bolsonaro.

Palabras clave: Discurso del odio. Personas LGBTQIA+. Red Social. Familia Bolsonaro. Homofobia.

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo problematizar os discursos de ódio que têm circulado nas redes sociais, especialmente desde o período eleitoral de 2018, proferidos pelo então candidato e hoje presidente Jair Messias Bolsonaro e por seus filhos. Várias foram as formas de ofensa e ameaça presentes nas falas públicas desses políticos, reverberando em vídeos, comentários e discussões nas mídias sociais entre pessoas comuns, fora do meio político, e acionando dissensos no que se refere ao posicionamento do candidato e seus filhos em relação às pessoas LGBTQIA+³ e outras minorias sociais. As motivações para a escrita deste texto, portanto, emergem de nossa atenção a essas falas, tendo em vista nosso vínculo com um curso de especialização em relações de gênero e sexualidades de uma universidade pública federal e com os estudos de gênero e sexualidade sob perspectivas pós-críticas. Assim, pretende-se analisar as falas públicas da família Bolsonaro como estratégias de poder para legitimar privilégios e reiterar na linguagem, produtora do mundo e das subjetividades, preconceitos e violências direcionadas a sujeitos dissidentes da cisheteronormatividade.

Ao nos propormos a problematizar enunciados, nos filiamos às perspectivas foucaultianas. De acordo com Marshall (2008, p. 31), a problematização para Michel Foucault implica a liberdade do sujeito de se separar do que faz, de “forma a estabelecê-lo como um objeto de pensamento e a refletir sobre ele como um problema”. Portanto, pretendemos colocar tais enunciados sob suspeita, questionando sua vinculação com regimes discursivos que insistem em demarcar as fronteiras dos gêneros e das sexualidades, produzindo as crenças e os valores que regem nossas vidas. Problematizar, nesse sentido, implica uma operação de pensamento que desestabiliza, desacomoda e, assim, faz pensar.

³ Referência a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans (travestis, transexuais, transgêneras), queer, intersexuais, assexuais e demais expressões identitárias dissidentes das normas de gênero e sexualidade.



O preconceito, em suas diversas formas, sempre esteve presente em nosso cotidiano, seja velado ou explicitado nas maneiras mais diversas, como em xingamentos em jogos de futebol, no bullying nas escolas e em declarações de autoridades e celebridades. De acordo com Rios (2009), os preconceitos envolvem representações negativas que são atribuídas a indivíduos e grupos socialmente inferiorizados e que podem ser materializadas em atitudes de discriminação, produzindo violações dos direitos dessas pessoas. Tais representações não são próprias dos sujeitos, mas sim produtos de uma cultura e de uma sociedade que instituem os parâmetros a partir dos quais as diferenças atribuídas aos sujeitos se tornam formas de subalternização e inferiorização. Atualmente, vemos crescer as manifestações de preconceito nas redes sociais, o que vem, repetidamente, acirrando-se em épocas de eleições. A polarização nas disputas eleitorais contribuiu para esse cenário.

Brugnago e Chaia (2015) destacam que, até pouco tempo atrás, o/a brasileiro/a estava pouco interessado/a em questões políticas, demonstrando certa apatia por esse tema. Já não havia grandes diferenças entre os discursos dos maiores partidos, uma vez que a população já estava tomada por um sentimento de descrédito em relação à democracia. Mas, após as manifestações de 2013, que foram acolhidas também pela classe média, que se dizia apartidária, vimos crescer um conservadorismo manifesto de forma cada vez mais extrema. Essas manifestações proporcionaram, também, o crescimento de notícias pelas mídias sociais, já que os telejornais distorciam e tentavam desconstruir as manifestações, apontando os/as manifestantes como arruaceiros/as. Dessa forma, as postagens em mídias sociais foram a forma encontrada pelos/as ativistas para mostrar o que acontecia na realidade, pois o que era distorcido ou silenciado pelos telejornais era mostrado por essas mídias com fotos e filmagens instantâneas. (BRUGNAGO; CHAIA, 2015)

A chamada onda conservadora, como denomina Almeida (2017), foi decisiva nas eleições de 2018. O autor nos conduz pela história recente da política brasileira com a atuação de forças que trabalham a favor da contenção, restrição e retrocessão em direitos conquistados nas últimas décadas, um contexto em que o conservadorismo se emaranha com forças fascistas e fundamentalistas. Vimos surgir, mais recentemente, antagonismos que se traduziram em

⁴ Manifestações ocorridas em junho de 2013, iniciadas pelo Movimento Passe Livre, pela redução das passagens de ônibus e metrô na cidade de São Paulo em que se uniram, num primeiro momento, militantes de esquerda e da direita que se dizia apartidária. Essa união rapidamente se desfez quando entrou em jogo o conflito de interesses de partidos. Assim, a direita assumiu os protestos, reconfigurando o sentido das manifestações como se fossem contra o governo federal e a corrupção. (BRUGNAGO; CHAIA, 2015) Embora tenhamos escolhido os eventos de 2013 como marco, entendemos que não há consenso nessa definição. Nossa escolha se propõe apenas a situar o(a) leitor(a), já que nosso objetivo neste artigo não foi nos aprofundar no debate sobre o crescimento da nova direita no Brasil.



postagens preconceituosas nas redes sociais contra diversos segmentos da sociedade, pretendendo reduzir as mazelas do país, entre outras, à pauta moral que envolve as questões religiosas, sexuais e de gênero.

Consideramos relevante mencionar que o uso extensivo e intensivo das mídias e redes sociais, no contexto de embates políticos contemporâneos, é um componente decisivo para a atuação do regime político bolsonarista instalado no Brasil. Com características que o aproxima dos movimentos nacionalistas de ultradireita pelo mundo, o bolsonarismo investe na criação de ‘inimigos’ políticos e sociais – dentre eles as pessoas LGBTQIA+, em sua atuação pela conquista, manutenção e garantia de direitos fundamentais – a partir de agressões públicas, da criação de discórdias, intrigas e teorias da conspiração e da divulgação de informações desmoralizantes e notícias falsas – fake news – por meio de materiais ofensivos e caluniosos, como memes, vídeos e outros. Esse recurso do aparato midiático e da mobilização discursiva vem sendo utilizado, especialmente desde a campanha eleitoral de 2018, como tática política para mobilizar eleitores/as que passam a se informar sobre os/as candidatos/as por meio de mídias sociais, como WhatsApp, Facebook e Twitter. Importante pensar que tais estratégias discursivas dificilmente circulam com tamanha amplitude, velocidade e capilaridade em fóruns cujo controle social é maior, como na mídia profissional. (CESARINO, 2020; REIS, 2020)

Recorrer às mídias e redes sociais também proporcionou ao bolsonarismo a criação de redes extensivas de apoio e divulgação de seus ideais, vinculadas a influenciadores/as digitais e coletivos, assim como o recurso dos algoritmos, *bots* e da criptografia, mobilizando afetos e paixões. Um exemplo significativo desse aspecto se deu a partir do incidente em que o então candidato Jair Bolsonaro sofreu, durante a disputa eleitoral, um atentado à faca, fato que mobilizou seus eleitores e eleitoras a assumirem com mais força sua campanha, tornando-se os/as “marqueteiros/as”, “fiscais” e o “exército” do “mito”. Sujeitos e grupos passaram, assim, a incorporar as perspectivas bolsonaristas, em um movimento de co-constituição de líder-povo. (CESARINO, 2020)

No caso da família Bolsonaro, os apelos estéticos, emotivos e morais são especialmente negativos, no sentido de apostarem na decepção com uma política dita “tradicional” e no sentimento de ódio e revanche em relação aos inimigos, que são contrários a esse projeto político. Como argumenta Leticia Cesarino (2020), tais redes fazem ressoar o discurso político de caráter populista por meio de linguagem memética e do uso de outras dinâmicas próprias das redes sociais, como a hashtag, que articula grupos insatisfeitos on-line e o “espírito transgressor” que torna as mídias digitais potencialmente representativas de grupos “excluídos” da grande mídia e do sistema político.



Ofensas de todas as formas e manifestações de ódio contra minorias, especialmente pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, mulheres e nordestinos/as, se multiplicaram por meio das redes sociais na medida em que os sujeitos encontraram, nos espaços virtuais, a possibilidade de expressar suas formas de pensar de modo aparentemente mais livre, deparando-se com pessoas que pensam como eles. Nesse ínterim, encontraram voz no discurso político de um candidato que coadunava com essas ideias e as propagava em seus posicionamentos públicos, em geral, nas mídias digitais.

Este artigo ensaia possibilidades de análise sobre como o discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ se dissemina, encontra apoiadores/as e pode estar relacionado aos casos de violências que vêm ocorrendo fora do espaço virtual, como as violências verbal e física. Tomaremos esse discurso de ódio como uma expressão da homofobia, da lesbofobia, bifobia e demais formas que abarcam um conjunto de preconceitos, discriminações e violências que atingem sujeitos cujos desejos, prazeres, identidades e expressões sexuais e de gênero divergem e se afastam do que chamamos de cisheteronormatividade. Para explicitar esse conceito, apoiamos-nos em Miskolci (2009), que argumenta que a heteronormatividade é uma ordem social do presente que expressa expectativas, demandas e obrigações sociais, funcionando como prescrições para todos os sujeitos e fundamentando processos de regulação e controle para “[...] formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e natural da heterossexualidade”. (MISKOLCI, 2009, p. 157) Com os estudos de Judith Butler (2003), incluímos o prefixo cis ao termo na tentativa de visibilizar a ideia de que esse modelo se organiza a partir de uma coerência normativa entre sexo, gênero e desejo, de modo a retirar, insistentemente, a sua naturalidade.

Tendo em vista o exposto, com o objetivo de problematizar discursos de ódio proferidos por Jair Bolsonaro e seus filhos entre 2018 e 2019, dando especial destaque ao período eleitoral, recorremos a um levantamento de vídeos, postagens e comentários na rede social Facebook do presidente à época de sua candidatura e, eventualmente, de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro. A escolha desses atores se deu devido à sua grande influência nas redes sociais, com diversas postagens polêmicas que despertaram acirradas discussões tanto na mídia televisiva quanto nos meios virtuais. Portanto, o corpus de análise se concentrou em materiais disponíveis na internet, a partir do Facebook. Ao acessarmos os vídeos, as postagens e os comentários, nos deparamos com menções a falas anteriores ao período estipulado para análise. Assim, em alguns casos, optamos por considerá-las no cômputo da análise.



Organizamos o artigo em seções, iniciando por esta introdução, que é seguida de outras três partes em que buscamos problematizar: os discursos de ódio na internet; a produção do ódio e da aversão a pessoas LGBTQIA+; as falas públicas da família Bolsonaro; a reiteração dos discursos de ódio na internet e na vida cotidiana. Encerramos com nossas considerações finais.

2 Discursos de ódio na internet: apontamentos para análise

O artigo se propõe a analisar discursos de ódio e seus efeitos. Inspiramo-nos nas noções foucaultianas de discurso para pensar que somos constituídos por redes discursivas que seduzem, capturam e instituem prescrições que ensejam modos de ser, de pensar, de sentir e de agir. Os discursos, portanto, não seriam um simples entrecruzamento de palavras e coisas, ou seja, não apenas nomeiam; eles produzem sistematicamente os objetos de que falam. (FOUCAULT, 2008)

Como argumentam Bastos e Chaves (2015), os sujeitos só existem dentro e a partir das tramas discursivas que os produzem e que determinam como devem ser e agir. Discursos que moralizam, disciplinam e delimitam critérios que estabelecem o verdadeiro e o falso, o certo e o errado. Ao pensarmos os discursos de ódio, acionamos as intrínsecas relações entre saber e poder de modo a pensar que o poder opera por meio dos discursos. Nesse sentido, o poder não se configura apenas como algo coercitivo, negativo e repressivo, mas age positivamente, produzindo diferentes processos de subjetivação. Capturados/as por redes discursivas, somos constantemente incitados/as a assumir formas de pensar que reverberam em nossas formas de existir.

De acordo com Ezequiel e Ciocari (2017), o discurso de ódio é aquele que promove e incita a discriminação ou a violência contra o outro em virtude de raça, nacionalidade, religião, gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica de um determinado grupo, no intuito de perseguir, insultar e justificar a privação de direitos humanos.

Assim como qualquer expressão discursiva, o discurso de ódio exige a concretização das ideias, isto é, sair do plano mental para o plano fático. Quando não é externado o discurso é apenas pensamento, emoção, não causando qualquer dano a quem porventura seja alvo. O problema surge quando o pensamento é externado, cedendo lugar à presença da palavra. Assim, o discurso ganha existência concreta e torna-se disponível àqueles a quem visa denegrir e também àqueles a quem intenciona incitar contra os denegridos. Concretizado, o discurso realiza seus efeitos nocivos, destacando: ataque à dignidade alheia e violações a direitos fundamentais. Em suma, manifestado publicamente, o discurso do ódio causa o dano. (EZEQUIEL e CIOCCARI, 2017, p. 34)



De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988, somos livres para manifestar nosso pensamento. (BRASIL, 1988) Todavia, a liberdade de expressão encontra seu limite quando é usada para violar direitos humanos básicos (CARDIN; SEGATTO; CAZELATTO, 2017), e são essas violações que têm se tornado uma constante nos últimos anos. Várias manifestações de intolerância têm trazido à tona expressões de ódio que, até então, se encontravam reprimidas pela limitação do contato pessoal. As redes sociais abriram espaço para que seus/suas usuários/as encontrassem outros/as que compactuassem com a expressão de suas ideias.

Louro (2015) utiliza as reflexões de Judith Butler sobre o tema, demonstrando como a linguagem nos constitui. Nesse sentido, as definições do que somos vão se constituindo pela linguagem, o que nos remete a pensar que os insultos, os xingamentos e outras expressões de preconceito e ódio podem ser assimilados como modos de o sujeito pensar em si e nos outros, posicionando-os em determinados lugares sociais. Existe uma carga histórica que continua existindo por meio dos discursos, que são reiterados, não proferidos, pelos/as seus/suas autores/as efetivos/as, visto que esses discursos não são criados por eles/as. A repetição do insulto até a sua naturalização faz com que a sua carga negativa permaneça, e é difícil mudar o que está constituído. Em outras palavras, um discurso repetido várias vezes se concretiza como verdade e produz efeitos concretos na formação dos sujeitos.

“Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?”. (FOUCAULT, 1996, p. 8) Segundo Michel Foucault (1996), não se pode dizer tudo e em qualquer circunstância. Contudo, existem instituições com autoridade para falar, como é o caso das instituições acadêmicas, científicas e religiosas. Porém, essas mesmas instituições – as quais é atribuído o poder do discurso “verdadeiro”, que é aceito pela sociedade como manutenção do status quo – também são locais de grande disseminação do discurso de ódio, conforme sinaliza Louro (2015).

Em se tratando da produção desses discursos nas redes sociais, apontamos para as contradições que caracterizam essas redes. Conquanto tragam muitos benefícios e disseminem conhecimento, esses espaços também têm se tornado veículo de propagação de intolerância, com comentários discriminatórios e ofensivos que nos fazem pensar sobre a diferença entre a liberdade de expressão e o direito de hostilizar o outro. De acordo com Schirmer e Dalmolin (2017, p. 5), “embora a liberdade de expressão seja elemento básico de qualquer sociedade democrática, não podemos colocá-la acima do bem-estar coletivo, pois ela vai muito além de um direito individual, ela é uma conquista social”.



A utilização das redes sociais sem muitos critérios por partidos políticos e candidatos/as para difamar adversários/as, fazer ameaças e disseminar o ódio é alvo de grande preocupação. Conforme argumentam Ezequiel e Cioccarri (2017, p. 32), “em qualquer democracia existe disputa eleitoral e luta pelo poder, onde o voto é exercido por interesses, ideias, afetos e carismas”. Nesse sentido, as redes estão permeadas por conflitos e dissensos que deveriam ser bem administrados em um país democrático, o que de fato não ocorre.

O ódio propagado não se resume às redes sociais; ele está presente na formação dos sujeitos que usam as tecnologias de informação e comunicação para disseminá-lo. Sendo assim, podemos pensar essas manifestações como um modo de os indivíduos darem vazão aos seus preconceitos. De certa forma, o sujeito pensa estar “protegido” por trás de um aparelho e obtém respaldo de outros que pertencem ao mesmo grupo e fazem comentários compartilhando da mesma opinião.

Recuero (2015) faz uma análise sobre a questão do crescimento da violência propagada nas redes sociais e levanta hipóteses para esse fenômeno. Segundo a autora, as pessoas se utilizam das redes de forma rápida e não há um feedback imediato sobre o que foi postado. A mensagem é escrita, mas, ao contrário de uma carta ou bilhete, que podemos reler e analisar antes de entregar, on-line é tudo mais rápido, sem revisão. E, com relação à conversação face a face entre amigos/as ou família, temos a reação imediata de nosso/a interlocutor/a, o que permite a retratação do que foi falado sem envolver outras pessoas; tudo é mais reservado. Nas redes sociais, isso não acontece, pois tudo o que é postado é visualizado por milhares de pessoas de forma instantânea. Não é como falar com o seu amigo ou amiga que concorda com você. Então, como argumenta Recuero (2015), uma piada dita entre amigos/as de forma corriqueira pode soar de péssimo gosto ou preconceituosa na rede, gerando uma violência nos comentários – a favor ou contra a postagem – que se propaga e gera mais e mais postagens do mesmo teor.

Daniel Silva et al. (2021) acionam os estudos do antropólogo Charles Briggs para explorar o caráter simbólico da violência produzida pela linguagem. Assim, a violência circularia na linguagem de modo “infeccioso”, como um vírus que se propaga e infecta. O aspecto da comunicabilidade, que faz circular os discursos, estaria relacionado à sua possibilidade de “carregar” ideias e visões de mundo como se a linguagem fosse uma prática transparente, homogênea e linear. A comunicabilidade estaria presente, segundo os/as autores/as, na forma contagiosa pela qual os discursos vão se disseminando e tornando ‘socialmente significativas’ determinadas visões de mundo e negando ou silenciando outras. Considerando que a linguagem é um modo de agir no mundo, os discursos se projetam em variados espaços, com destaque para as mídias e a internet. Assim, a violência simbólica pode se projetar de forma insidiosa,



tornando-se tão ou mais cruel que as formas de violência física. As estratégias de uso das redes sociais e mídias digitais servirão, portanto, para “infectar”, ou seja, fazer circular socialmente certas perspectivas e multiplicar notícias e informações que obterão status de verdade. (SILVA et al., 2021) Por meio das redes sociais, o poder de comunicabilidade se potencializa, de modo que a violência simbólica presente nos discursos de ódio vão construindo “inimigos” a serem “atacados”.

É nesse sentido que problematizamos as falas públicas de Jair Bolsonaro e de seus filhos, já que têm ampla divulgação, milhares de visualizações e comentários ofensivos a grupos e sujeitos sociais, reforçando a intolerância e tendendo, conforme nos apontam Cazellato e Cardin (2016, p. 934), a instigar, “implícita ou explicitamente, a violência física na forma de crimes de ódio”. Ezequiel e Ciocari (2017, p. 33) também sinalizam para esse fato e nos lembram, ainda, que o discurso de ódio, “em casos extremos, pode dar razão a homicídios e genocídios como o holocausto na Alemanha nazista”.

3 A produção do ódio e da aversão a pessoas LGBTQIA+: breves apontamentos

O atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, em campanha eleitoral, deixou claro o seu posicionamento violento contra as minorias sociais, como será possível observar nas falas que selecionamos para este artigo. O seu discurso pode ter reforçado a motivação de atos de violência ocorridos no período das eleições, levando a entender, como argumentamos anteriormente, que a linguagem tem efeito reiterativo e de produção do que chamamos de realidade.

Cazellato e Cardin (2016) destacam que o livre exercício da sexualidade do indivíduo, incluindo a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, é um direito, não uma gentileza. Porém, antes de tomá-la pelo viés do discurso jurídico, incorporamos uma perspectiva foucaultiana para pensar a sexualidade como um dispositivo histórico, uma composição de práticas discursivas e não discursivas que buscam normalizar, controlar e estabelecer verdades sobre os sujeitos a partir de suas relações com o corpo, com os desejos e com os prazeres. (FOUCAULT, 1999) As noções de sexualidade incorporadas às práticas discursivas cotidianas, como aquelas que tomamos como mote de análise neste artigo, produzem modos de lidar com as expressões socioculturais e históricas de corpos, desejos e prazeres que se ligam às formações discursivas que atuam na organização das relações sociais e no funcionamento das políticas e instituições sociais, tais como o discurso médico e o discurso religioso cristão. Tais discursividades instituem uma moral dos comportamentos, enquadrando as distintas experiências das sexualidades de acordo com hierarquias construídas discursivamente e relacionadas ao



contexto social e cultural específicos. Nossa análise recai sobre um contexto contemporâneo de embates e negociações em torno dessas hierarquias que se impõem ao debate público a partir dos tensionamentos provocados pelos movimentos sociais feministas e LGBTQIA+ e pelos estudos de gênero e sexualidade. Esse debate é tributário de um processo histórico que vem modificando as existências dos sujeitos a partir da incorporação, a esse debate, de saberes e experiências marginalizadas e abjetas, que contam outras histórias sobre a organização social, cultural, política... enfim, sobre o que viemos nos tornando.

Remetemo-nos a Foucault (1999) para problematizar que o “sexo” veio se tornando uma verdade definidora de um sujeito de tal modo que é possível objetivá-lo e transformá-lo em alvo de saberes e poderes que estabelecerão posições a serem ocupadas de acordo com suas experiências de sexualidade. Essa “verdade” estaria oculta e seria capaz de definir o sujeito ao ser “revelada”, o que acontece a partir de dois movimentos centrais: primeiro, a imputação aos sujeitos de uma identidade que os enquadra a partir de marcas, gestos, gostos, enfim... elementos simbólicos que estariam associados às sexualidades; segundo, a incorporação, pelos sujeitos, a partir de certas práticas de si, desses saberes definidores, de modo que ele é capaz de se conduzir e de se ocupar de si mesmo, materializando esses saberes em seu corpo e suas relações e sendo capaz de exercer sobre si mesmo e sobre os outros certas estratégias de poder que incluem disciplina, vigilância, controle e punição. Frequentemente, tais movimentos se baseiam numa concepção binária – heterossexualidade-homossexualidade –, a partir da qual se instituem hierarquias e assimetrias de poder. Tal concepção, que toma essas categorias como opostas, institui a heterossexualidade como expressão natural de uma normalidade sexual e, por conseguinte, expressão de uma existência legítima que se sobrepõe à homossexualidade, tida como antinatural, expressão de uma existência desordenada, que deve se orientar pelo primado da experiência heterossexual. Esse ideal regulatório se institui, como argumentamos na introdução de nosso artigo, a partir das noções de coerência e ordenamento entre sexo, gênero e desejo de tal modo que podemos vinculá-lo ao que se denomina cisheteronormatividade.

A manutenção das hierarquias no âmbito das experiências das sexualidades foi se naturalizando historicamente e se cristalizando a partir de um investimento continuado e repetitivo. Como argumenta Louro (2009, p. 89), para garantir a posição hegemônica da heterossexualidade, bem como seu status de normalidade e seu caráter de naturalidade, “são engendradas múltiplas estratégias nas mais distintas instâncias (na família, na escola, na igreja, na medicina, na mídia, na lei)”, das quais destacamos as falas públicas de Jair Bolsonaro e seus filhos como elementos que remetem a essas estratégias reiterativas, participando da construção das homossexualidades como uma espécie de “exterior constitutivo” das heterossexualidades. As



falas públicas não poderiam, portanto, ser reduzidas a simples atos de fala e a uma análise que as tomaria como modos de representar as coisas. Sob inspiração foucaultiana, tais falas são instituidoras dos objetos de que falam, formando, sistematicamente, os objetos a partir dos signos. (FOUCAULT, 2008) Portanto, os discursos sobre as sexualidades produzem as próprias expressões de desejo e prazeres sobre as quais se debruçam, a partir de uma complexa trama de saberes e relações de poder.

Podemos observar, em nosso cotidiano, dentro e fora das redes sociais, o desrespeito e a não aceitação à liberdade de orientação sexual, em especial das sexualidades não heterossexuais, que são alvos de manifestações extremas de preconceito e violência simbólica. As discussões sobre a homofobia e o heterossexismo remetem a uma história de preconceitos e processos de subalternização. Como nos lembra Daniel Borrillo (2010), ao analisar a homofobia como preconceito, tais processos investem sobre os sujeitos classificados como “contrários”, “inferiores” ou “anormais”, colocando-os “fora do universo comum dos humanos”. (BORRILLO, 2010, p. 13) Como “marginal” ou “excêntrico” – fora do centro, aparentemente fora da norma –, os sujeitos LGBTQIA+ se tornam alvos do ódio, da aversão e da hostilidade, o que resulta no seu desprezamento. O que poderia ser interpretado, a princípio, como algo subjetivo, pode ser expandido para pensar que os contornos do ódio e da hostilidade, expressos nas injúrias, xingamentos e violências de todas as ordens, têm raízes sociais e culturais (RIOS, 2009) que remetem ao regime discursivo que institui a heterossexualidade e a cisgeneridade como normas.

A homofobia se expressa, na vida cotidiana, nos jogos de linguagem que visam instituir posições de sujeito em um esquema binário de enquadramento – heterossexual-homossexual – que, além de invisibilizar múltiplas expressões e processos de identificação de gênero e sexualidade, cria e reitera essas figuras fantasmagóricas que parecem fazer desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem cisheteronormativa. (BORRILLO, 2010) Na linguagem – que produz o mundo e faz existir aquilo que ela nomeia e os significados que ela institui –, encontramos estratégias – por vezes sutis e naturalizadas, outras vezes explícitas – de inferiorização, como as piadas vulgares, as representações caricaturais que ridicularizam homens afeminados ou mulheres masculinizadas, as injúrias e os insultos contra lésbicas, gays e pessoas trans e os comentários que desqualificam e desrespeitam os sujeitos em função de suas expressões e processos de identificação de gênero e sexualidade. Tais estratégias discursivas encontram sustentação em discursos institucionalizados, como o médico, o jurídico e o religioso, mostrando, portanto, sua vinculação histórica, cultural e social. Como nos alerta Borrillo (2010), a homofobia é algo familiar, por vezes consensual, percebida como algo banal, invisível, uma



forma cotidiana e compartilhada de injúria. Nesse sentido, ampliando a análise, Eribon (2008) demarca a injúria como sinal de vulnerabilidade psicológica e social que podemos atribuir às pessoas LGBTQIA+:

“Viado nojento” (“sapata nojenta”) não são simples palavras lançadas em passant. São agressões verbais que marcam a consciência. São traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo (pois a timidez, o constrangimento, a vergonha são atitudes corporais produzidos pela hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, por conseguinte, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo. (ERIBON, 2008, p. 27)

Como atos de linguagem, a injúria, o insulto verbal, a piada, o comentário que desqualifica e desrespeita, a fala que vocifera o ódio e a necessidade de correção do gay pela “porrada”, da lésbica pelo estupro corretivo e da pessoa trans pela pedrada moldam relações de poder em que se legitima a ação de subjugar o outro, demarcando lugares – quem profere a fala e quem é alvo dela – e fazendo com que o/a subjugado/a se entenda como um certo “tipo” de sujeito – estranho, bizarro, esquisito, anormal. Assim, mais que uma sentença, o insulto é um veredito, como nos propõe pensar Eribon (2008), visto que ele tem a função de definir um sujeito e condená-lo a ocupar esses lugares, a se tornar esse tipo. Pelo ato de linguagem, o sujeito descobre que é alguém “que é objeto dos olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e esses discursos”. (ERIBON, 2008, p. 28) Assim, a “nomeação” produz uma conscientização de si mesmo como um ‘outro’ que os outros transformam em ‘objeto’”. (ERIBON, 2008, p. 28)

4 As falas públicas da família Bolsonaro e a reiteração do discurso de ódio nas redes sociais e na vida cotidiana

O período que antecedeu o segundo turno das eleições de outubro de 2018 foi marcado por medo e insegurança. Diante de várias manifestações homofóbicas nas redes sociais e denúncias de violências físicas, houve uma grande preocupação com o que poderia acontecer dali para frente. Remetemo-nos a algumas dessas manifestações para as nossas análises. Uma reportagem da Veja São Paulo, publicada em 4 de outubro de 2018 e que viralizou na internet, mostra um vídeo em que torcedores de um time de futebol cantavam no metrô de São Paulo uma canção com conteúdo homofóbico: “Ô bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar veado”. (VEJA SÃO PAULO, 2018). Esta é uma demonstração da banalização da violência direcionada às pessoas homossexuais que provoca preocupação e insegurança. Ainda de acordo com a reportagem, o vídeo teve mais de 129.000 visualizações no Facebook e mais de 4.000 comentários. Reiteramos, neste caso, a possibilidade da concretização da violência física, já



sinalizada por Cazellato e Cardin (2016), com a propagação e assimilação do discurso homofóbico.

Com a polarização da disputa eleitoral, discussões acaloradas foram frequentes nas redes sociais. Vieram à tona diversos vídeos e entrevistas em que o então candidato Jair Bolsonaro demonstrava suas posições homofóbicas e misóginas. Durante a campanha, quando entrevistado por diversos meios de comunicação, tentou amenizar seu tom agressivo, mas as falas que sempre fizeram parte de sua trajetória política e que atraíram tantos/as seguidores/as ecoavam e seus eleitores e eleitoras mais exaltados/as aplaudiam, sentindo-se contemplados/as por elas. Em um vídeo publicado no YouTube, em março de 2014, que voltou a circular no contexto do processo eleitoral de 2018, Bolsonaro afirma que “se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um ‘couro’ e muda o comportamento dele”. E ainda completou: “Um garoto adotado por um casal homossexual, um careca e um bigodudo, qual vai ser o futuro desse garoto? A princípio vai ser homossexual também”. (BOLSONARO..., 2014) Tal vídeo teve mais de 1,237 milhão de visualizações e mais de 10.000 comentários, dentre os quais destacamos: “Nojo desses viadinhos lacrados. Geração de hoje (algumas) tá afeminada demais. Falta de surra”. E, ainda: “Gay tem que levar porrada mesmo, tá certíssimo!!!! Homem tem que ser homem!!!! SEM FALAR QUE SER GAY É UM PECADO CRASSO!!!!”⁵. (BOLSONARO..., 2014)

Em sua fala, Bolsonaro aciona sentidos de família que envolvem o combate à homossexualidade, tomando-a como desvalor, como algo a ser evitado e cujos sinais de expressão num filho devem ser interrompidos por meio da violência física. O político não inventa tais saberes, mas expressa o que socialmente veio se construindo como o modo de as famílias lidarem com filhos e filhas que parecem tentar escapar aos princípios da cisheteronormatividade. “Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho”, ou seja, se o filho expressa um comportamento que pode ser atribuído à homossexualidade, deve se tornar alvo de intensificação dos controles a partir da punição, a fim de restabelecer o que seria a “ordem natural”. Isso parece se confirmar quando Bolsonaro menciona a adoção de uma criança por um casal homossexual, ato que a condenaria à homossexualidade, como uma espécie de subjetivação contaminante. Isso implica pensar os processos educativos pelos quais se investe na naturalização da heterossexualidade, a partir do rechaço a quaisquer tentativas de burlar seus limites. As expressões e comportamentos que denunciariam uma possível homossexualidade

⁵ Optamos por manter o comentário do modo como foi escrito, entendendo que esse modo diz respeito a como o sujeito esperava expressar seu pensamento por meio da escrita. Por exemplo, o uso da escrita em caixa alta nos remete a uma ênfase e a uma vontade de marcar, na escrita, marcas da fala, como quando as pessoas aumentam o tom de voz.



funcionam como “fantasmas” que rondam as fronteiras da posição naturalizada, reforçando seu status de normalidade.

Com os comentários transcritos, consideramos relevante argumentar como o discurso de ódio propagado por Bolsonaro encontra adeptos/as, considerando seu posicionamento como uma figura pública, cuja visibilidade fomenta sentidos de representatividade e alianças nas formas de pensar a questão do respeito aos direitos humanos e, particularmente, às pessoas LGBTQIA+ e mulheres. Torna-se visível que “o discurso de ódio é retransmitido pelas autoridades que supostamente deveriam regulá-lo”. (SALIH, 2012, p. 145) Há uma legitimação do discurso através de quem o profere, produzindo verdades e espalhando a intolerância. Não podemos afirmar que tais discursos tenham relação direta com a violência contra pessoas LGBTQIA+, mas entendemos que a disputa acalorada e a disseminação do preconceito por meio desse mesmo discurso podem ser desencadeadoras de violência em diversas formas. Em alguns casos, podemos observar que a fala de Bolsonaro encontra identificação com os modos de pensar de outros sujeitos, contribuindo para a reiteração do ódio. Nesse sentido, destacamos outro comentário para o mesmo vídeo citado anteriormente: “A população brasileira é de maioria cristã e contra o homossexualismo. Sempre foi assim, mas era velado. O Bolsonaro nada mais faz do que falar o que a maioria da população gostaria de falar. Democracia é assim, a maioria julga a minoria”. (BOLSONARO..., 2014)

O comentário parece associar dois elementos que seriam mutuamente constitutivos de uma verdade aparentemente inquestionável: a população brasileira, sendo de maioria cristã, automaticamente seria contra o homossexualismo. Tal associação é também uma forma de generalização que contribui para reforçar seu efeito de verdade. Esse enunciado visibiliza tensões entre religiões cristãs e perspectivas inclusivas para sujeitos LGBTQIA+ como se a existência desses sujeitos, mais especificamente a expressão pública de seus afetos e a garantia de direitos anteriormente concedidos a pessoas cisheterossexuais, fosse incompatível com a fé e o exercício religioso cristão. Tal incompatibilidade é reforçada nas falas públicas de Jair Bolsonaro e seus/suas seguidores/as, embora saibamos que não há consenso nos meios religiosos sobre ela, tampouco sobre a exclusão de pessoas LGBTQIA+. (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013)

A vida política de Jair Bolsonaro foi marcada por polêmicas, por meio das quais ele fez sua fama, conquistando admiradores/as e opositores/as. Utilizando-se de sua imunidade parlamentar, conforme reportagem do site *Catraca Livre*, Bolsonaro não se intimidou em dizer que é homofóbico. A reportagem cita um vídeo em que ele afirma “sou homofóbico, sim, e com muito orgulho”. No vídeo publicado em 2013, ele afirma também que “não existia essa



quantidade enorme de homossexuais como temos hoje em dia. Eles não querem igualdade, eles querem privilégios”. (CATRACA LIVRE, 2018)

Na busca pelo vídeo no YouTube, verificamos que ele teve mais de 704.000 visualizações. Entre muitos comentários a favor e outros contra, totalizando mais de 10.000 comentários, percebemos como as pessoas se identificam com a fala de Jair Bolsonaro. É como se houvesse um respaldo para o indivíduo declarar o que pensa sem ter medo de sofrer punições, especialmente no âmbito jurídico. O comentário a seguir nos dá uma amostra disto: “Se ser homofóbico é defender a família, EU SOU HOMOFÓBICO TAMBÉM”. (BOLSONARO..., 2018) Ainda nos comentários desse vídeo, podemos perceber o grande apoio e afinidade com esse discurso quando afirmam “este é meu presidente”. Outro que também chamou a atenção foi: “Gente ELE N É UM MONSTRO ELE N É OBRIGADO A GOSTAR DE GENTE GAY E LÉSBICA NÃO!!! VCS N PODEM FORÇAR ELE QUE NEM EU, EU SOU HOMOFÓBICA SIM E COM ORGULHO!!![...]”. (BOLSONARO..., 2018)

Buscando analisar as relações de afinidade dos sujeitos e sua reiteração, recorremos a Foucault (2006). O autor nos indica que o que produz o poder não é a repressão e que há outras formas de se produzir obediência e afinidades. Segundo ele, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. (FOUCAULT, 2006, p. 8)

Fagundes (2018) argumenta que a fala de Bolsonaro “gera o prazer de agredir, de poder falar abertamente”. Afirma, ainda, que o “objetivo do poder é produzir verdades”. Segundo ele, Bolsonaro e sua equipe “conseguiram fazer enfraquecer a mídia tradicional e o conhecimento científico que, tradicionalmente, possuíam o monopólio de produção da verdade”. Dessa forma, por meio das redes sociais, ele “investiu em uma nova forma de produzir verdade”. E, assim, essa “nova” verdade vem se tornando o cotidiano de boa parte da população que a assimilou sem questionamentos e produzindo conflitos em diversos setores da sociedade.

Em outro vídeo⁶, Bolsonaro afirma que queriam lançar o Kit gay II⁷ nas escolas, incluindo uma referência à ex-presidenta Dilma Rousseff. Esse vídeo, que teve 6.275 visualizações, foi publicado em novembro de 2011, no YouTube, e foi parte do discurso do então deputado na Plenária da Câmara: “Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual,

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BzISoOs7vyU>. Acesso em: 19 maio 2022.

⁷ É como Jair Bolsonaro se referiu à reformulação do “Programa Brasil Sem Homofobia” que seria lançado em 2011, após o veto do primeiro projeto pela então presidenta Dilma Rousseff. Mais informações disponíveis em: <https://bit.ly/38lva1U>. Acesso em: 13 ago. 2019.



assuma. Se o seu negócio é o amor com homossexual, assumo, mas não deixe que essa covardia entre nas escolas de 1º grau”. (BOLSONARO, 2011) Bolsonaro continuou o seu discurso criticando as políticas antihomofóbicas do governo federal, como a criação de bolsas de estudos e estágios remunerados para jovens LGBTQIA+. Reportamo-nos, nesta fala, ao que Cazalatto e Cardin (2016, p. 935) definem como “atos discursivos intimidatórios e de incitação ao ódio que se escondem atrás do exercício de liberdade de expressão”. Não basta afirmar a sua posição política contrária ao projeto; para obter respaldo, o político necessita reforçar a inferiorização das pessoas homossexuais, dando ênfase à orientação sexual dissidente ao padrão da cisheteronormatividade, que seria “perigosa”, podendo contaminar crianças nas escolas e incentivá-las a ter essa orientação.

Os comentários ao vídeo citado nos fazem pensar na questão dos discursos inflamados e das informações rápidas que são publicadas e visualizadas com quase nenhum questionamento e tomadas como verdade, o que nos remete às especificidades dos jogos discursivos que funcionam na internet. Os sujeitos interagem e incorporam a informação, munindo-se de ódio, e disparam comentários sem se aprofundar no assunto e tentar entender o que está sendo dito: “Querem induzir as crianças a adotarem a homopedofilia”; “47 queimadores de rosca não gostaram do vídeo”; “É o fim do mundo mesmo, ‘bolsonaro’ presidente!!!!”; “Quem não concorda com ele, com certeza é viado ou é simpatizante!!!!!!!!!!!!!! Valeu Bolsonaro”; “Se vc não é boiola, vc tem uma seria tendência. Não tolero e nunca vou admitir que dois homens se beijem em praça pública escandalizando a família que Deus criou. Bolsonaro é o cara”; “BOLSONARO é o cara ele fala o que muita gente pensa mas não admite”; “Querem dar privilégios para pessoas, não por competência, mas porque gostar de dar a bunda e chupar o pinto!”. (BOLSONARO, 2011) Ainda:

O Brasil tá em guerra contra o tráfico de drogas e também em guerra contra os homossexuais que querem acabar com a família brasileira. Essa porra de PT é uma desgraça pra nação! Partido de narcotraficantes e com este vídeo podemos até mesmo deixar como hipótese a representante do executivo federal sendo lésbica! Será o fim da nação? Como pai de família não compactuo com os ideais de homossexuais serem exemplo pra crianças. Não aceito isso!

[...]

Imaginem o impacto que esse material vai ter na cabeça de uma criança de 6 anos, isso é incentivo a homossexualidade. Que gays e lésbicas façam suas putarias dentro de casa, não quero que meu filho tenha contato com essas pessoas e muito menos com esse tipo de material. Isso é meu direito e eu escolho a melhor educação pro meu filho. (BOLSONARO, 2011)

Diante desses comentários, lembramo-nos de uma colocação anterior, quando nos referimos a Ezequiel e Cioccarri (2017), pois o pensamento foi externado e o discurso ganhou existência concreta, tornando-se “disponível” para quem com ele se identifica. Podemos



caracterizar esses atos de linguagem como portadores de elementos que se filiam àqueles proferidos por Bolsonaro, que reúnem determinadas características, como o uso de expressões desqualificadoras e ofensivas – “queimadores de rosca”, “viado”, “boiola” –; a associação da homossexualidade com a pedofilia – “homopedofilia” –; a concepção de que os sujeitos homossexuais causam desordem social, política e religiosa e que desejam impor seu “modo de vida” e seus “ideais”, a fim de destruir as famílias e influenciar crianças a também se tornarem homossexuais. Esses atos de linguagem, mais do que um modo de representar a homossexualidade, reiteram os significados cristalizados que circulam no convívio familiar e social mais amplo, contribuindo para a manutenção das relações discriminatórias e violentas contra pessoas homossexuais. Mais do que isso, os comentários remetem ao que seria uma “guerra” em torno de valores e posições sociais, algo que vai além do embate discursivo, traduzindo-se num cotidiano de medo e violência que permeia as relações das pessoas homossexuais nos vários âmbitos sociais.

As falas disparadas contra pessoas LGBTQIA+, ainda aludindo à ideia de guerra, não se limitam ao presidente. Seus filhos, Carlos, Flávio e Eduardo Bolsonaro vão na mesma linha discursiva. Em 2017, Flávio Bolsonaro postou em seu Twitter o seguinte comentário: “A ditadura da militância gay encontrou parceria em alguns membros do Judiciário. Por emitir uma opinião, Bolsonaro foi condenado em R\$ 150 mil. Liberdade de expressão e imunidade parlamentar não existem para Bolsonaro:”. (BOLSONARO, 2017)

Trata-se de um comentário em defesa do pai que foi condenado, em 2017, de acordo com o site de notícia do jornal *O Globo* (GUERRA, 2017), a indenizar o Fundo de Defesa dos Direitos Humanos por danos morais referentes a declarações homofóbicas feitas ao programa *Custe o que custar*, da TV Bandeirantes, em 2011. Já problematizamos anteriormente sobre a questão da liberdade de expressão, mas é importante destacar, seguindo o que nos apontam Schirmer e Dalmolin (2017, p. 5), que: “A liberdade de expressão é comumente associada à ideia de manifestar livremente opiniões, ideias e pensamentos, porém, é importante frisar que nenhum direito é absoluto, visto que esbarra em vários outros direitos e nos valores coletivos da sociedade”.

Assim, temos a associação entre liberdade de expressão e discurso de ódio, naturalizada a partir da ideia de livre expressão de “opiniões”. Entretanto, como vimos argumentando, o que é chamado de opinião se reveste de um sentido positivo e reiterativo, isto é, reverbera como modo de pensar que foi construído num contexto discursivo histórico, social e cultural. Mais do que a opinião de um sujeito, a liberdade de expressão remete a algo mais amplo, que diz respeito à própria formação, na contemporaneidade, dos processos de subjetivação que nos impõem formas



limitadas e controladas de lidar com os saberes que nos constituem. Portanto, mais que produtores/as, somos produto dessa discursividade. O sentido de liberdade acionado deve ser pensado a partir de sua potencialidade de se ligar às redes de poder que podem nos assujeitar e constituir subjetividades normatizadas, presas às amarras dessas redes. Num país em que a homofobia é cotidiana, discursos desse tipo, partindo de qualquer outro sujeito, mas especialmente de figuras públicas, poderiam ser combatidos. Embora saibamos que os casos de discriminação e violência não surgem em função das falas públicas de Jair Bolsonaro e de seus filhos, consideramos relevante destacar que seus atos de fala podem potencializar e acionar nos brasileiros o preconceito, respaldando tais casos.

5 Considerações finais

Neste trabalho, procuramos problematizar até que ponto os discursos de ódio homofóbicos, propagados nas redes sociais, podem estar relacionados às situações de violências e constituírem uma violação dos direitos da comunidade LGBTQIA+. Percebemos, por meio da análise dos vídeos/entrevistas de Jair Bolsonaro e dos comentários dos/as internautas que o apoiam, como o preconceito contra esse grupo está enraizado na sociedade. Dessa forma, assim como em outros casos de preconceito, o discurso público de sujeitos que visam desqualificar e inferiorizar grupos sociais funciona como um “amolador de facas”. Para Baptista (1999, p. 46), “os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes. Onde estarão os amoladores de facas?”.

Cotidianamente, convivemos com amoladores de facas e, muitas vezes, também agimos como tais. Ao replicarmos comentários e posts que fomentam o preconceito, estamos potencializando uma possível violência. Não a praticamos com as próprias mãos, mas podemos fazer com que ela seja praticada. Talvez seja o que acontece com esses discursos na rede.

O atual presidente Jair Bolsonaro e seus filhos, por meio de suas ações, entrevistas e postagens, demonstram ter interesse em desqualificar questões relativas às pessoas LGBTQIA+, seus direitos e sua dignidade humana, insistindo em se dirigir a estas de forma pejorativa. Apesar de Jair Bolsonaro ter freado suas declarações no período eleitoral, suas respostas à mídia, quando questionado sobre a fama que havia criado, não conseguiam disfarçar a sua linha de pensamento.

A forma como ele se utiliza das redes sociais para se comunicar com a população, de um modo geral, quebra, ao menos para ele, a necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre o objeto do seu pronunciamento.



Permanecemos no lugar de produzir questionamentos sobre as possíveis relações entre os atos discursivos que envolvem as falas públicas da família Bolsonaro e os comentários e as discriminações que as pessoas que parecem se identificar com seu projeto social – que visa mais à exclusão do que à promoção de direitos e da dignidade das existências de pessoas LGBTQIA+ – expressam, cotidianamente, na linguagem, na injúria e na homofobia presente nas relações que estabelecem com pessoas de tal comunidade. Tomando as falas menos como formas de representar um pensamento e mais como atos de positividade da linguagem, que efetivamente produzem as sexualidades de que falam, ressaltamos as amarras que ligam saber e poder, instituindo modos de objetivação e subjetivação contemporâneos que insistem em manter as hierarquias históricas entre as sexualidades. Nesse sentido, quaisquer que sejam os elementos a que nos referimos – das falas cotidianas insultantes aos conteúdos preconceituosos difundidos nas redes sociais –, suspeitamos que eles estão implicados na manutenção dessas hierarquias, necessitando, portanto, de constante problematização, sem escapar ao jogo enunciativo. Como argumenta Louro (2015), práticas de ressignificação podem se constituir em estratégias para lidar com os discursos de ódio, revertendo as expressões insultuosas e fazendo a instabilidade da linguagem “jogar a nosso favor” ao nos apropriarmos dessas expressões e nomeações e tentarmos perturbar seus significados consagrados.

Referências

ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. 1-27, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3w73aqV>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de facas. In: BAPTISTA, L. A. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-50.

BASTOS, S. N. D.; CHAVES, S. N. O que é ser-biólogo? Com a palavra o Facebook. Alexandria – *Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 89-106, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3wick3F>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BOLSONARO: “eu sou homofóbico, sim! E com muito orgulho!”. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Cirão da Massa. Disponível em: <https://bit.ly/39I1w7r>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BOLSONARO, F. *A ditadura da militância gay encontrou parceira em alguns membros do judiciário*. Por emitir uma opinião, Bolsonaro foi condenado em R\$ 150 mil. Liberdade de expressão e imunidade parlamentar não existem para Bolsonaro. Rio de Janeiro, 8 nov. 2017. Twitter: @flaviobolsonaro. Disponível em: <https://bit.ly/3kYfnsN>. Acesso em: 9 mai. 2022.



BOLSONARO: “ter filho gay é falta de porrada!”. [S. l.: Pragmatismo], 2014. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Pragmatismo. Disponível em: <https://bit.ly/3MYmDkg>. Acesso em: 5 mai. 2020.

BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução Guilherme João Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3LXMDfn>. Acesso em: 9 mai. 2022.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3L1IOFU>. Acesso em: 19 set. 2019.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDIN, V. S. G.; SEGATTO, A. C.; CAZELATTO, C. E. C. O exercício ilegítimo do discurso de ódio homofóbico sob a ótica da sexualidade e da dignidade humana. *Revista Jurídica*, Curitiba, v. 1, n. 46, p. 90-118, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3M1uJsh>. Acesso em: 19 dez. 2018.

CATRACA LIVRE. ‘Sou homofóbico, sim, com muito orgulho’, diz Bolsonaro em vídeo. *Catraca Livre*, São Paulo, 11 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Fwvnx>. Acesso em: 28 abr. 2019.

CAZELATTO, C. E. C.; CARDIN, V. S. G. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. *Revista Jurídica Cesumar*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/38apo3p>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kTFpxf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

EDFELDT, C. De “mulheres masculinizadas e históricas” a “nazi-feministas”: reflexão sobre o discurso de ódio e de contrafeminismo na internet. *Cadernos de Literatura Comparada*, Porto, n. 35, p. 345-355, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3P3tbA9>. Acesso: 16 jan. 2020.

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2008.

EZEQUIEL, V. C.; CIOCCARI, D. Discurso de ódio na política contemporânea: Trump venceu! *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 229-250, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3wc9f5u>. Acesso em: 26 out. 2019.

FAGUNDES, R. S. A produção de verdades falsas: o que o PSL aprendeu com Foucault. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3FBsUjp>. Acesso em: 24 jul. 2019.



FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUERRA, R. Bolsonaro perde recurso e é condenado a pagar R\$ 150 mil a fundo de defesa LGBT. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 nov. 2017. Disponível em: <http://glo.bo/3vY7aem>. Acesso em: 5 mai. 2020.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2009. p. 85-93.

LOURO, G. L. Discursos de ódio. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. (org.). *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero*: práticas pedagógicas e políticas públicas. Rio Grande: Furg, 2015. p. 268-279.

MARSHALL, J. D. Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização. In: PETERS, M. A.; BESLEY, T. (org.). *Por que Foucault?* novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 25-39.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3we5Hzp>. Acesso em: 23 jul. 2019.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. *As novas guerras sexuais*: diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

RECUERO, R. Sobre o ódio na mídia social. In: RECUERO, R. *Blog Raquel Recuero*. Pelotas, 24 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3snN3Ee>. Acesso em: 11 jan. 2019.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KWeBak>. Acesso em: 17 ago. 2021.

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2009. p. 53-83.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCHIRMER, L. C.; DALMOLIN, A. R. O discurso de ódio biopolítico nas redes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E



CONTEMPORANEIDADE, 4., 2017, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria: UFSM, 2017. p. 1-12. Disponível em: <https://bit.ly/39CzPwM>. Acesso em: 26 out. 2019.

SILVA, D. N. *et al.* Dimensões da violência na linguagem: articulando cenários e perspectivas. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 289-329, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3wiPMzS>. Acesso em: 17 ago. 2021.

VEJA SÃO PAULO. Em vídeo registrado no metrô, grupo canta que “Bolsonaro vai matar veado”. *Veja São Paulo*, São Paulo, 4 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3kSoUI9>. Acesso em: 5 mai. 2020.

